

# Propriedade e capitalismo

22  
4  
45

119

O problema da propriedade particular deu origem a um sério mal-entendido, cujo esclarecimento se torna urgente e oportuno.

É o mal-entendido consiste em se ter ligado, de ambos os lados da barricada o conceito da propriedade ao regime capitalista, de tal maneira solidariamente, que a ruína de um implica a perda do outro.

Certos inimigos do capitalismo chegaram mesmo a cegar-se tão profundamente, que não encontraram outro caminho de sucessão àquela odiado sistema económico, do que o socialismo integral, pela supressão da propriedade particular — causa e fundamento de todos os males sociais. Por sua vez, os defensores do capitalismo, querendo encontrar base sólida para a sua difícil argumentação, foram apoiar-se precisamente no ponto mais fraco da sua defesa, querendo fazer crer que não seria possível manter-se a ordem económica e social senão na orgânica do actual regime de propriedade particular.

E daqui nasceu uma curiosa aberração intelectual que colocou os verdadeiros defensores do princípio do direito natural da propriedade entre o fogo concentrado dos dois irreduzíveis adversários. Quem, efectivamente, condene os erros sociais do capitalismo, é tido por este como «vermelho», quaisquer que sejam os seus ideais políticos ou religiosos; quem defender a propriedade, é considerado pelos autênticos vermelhos, como vendido à classe patronal ou ao ditameiro dos potentados económicos, e como inimigo dos pobres e desprotegidos. Assim se explicam várias atitudes... inexplicáveis, como sejam a de considerar comunistas os que afinal são os maiores inimigos do comunismo, e como tais odiados por ele, precisamente por apresentarem ao problema social soluções que não suportam as ambições destruidoras do marxismo.

Se não queremos agravar a desunião, já tão profundamente estabelecida entre os homens, urge acabar com o mal-entendido, desligando definitivamente o problema da propriedade do problema do regime económico.

Senão vejamos. O capitalismo diz-se defensor da propriedade particular, e defensor tão acérrimo que não admite facilmente qualquer limitação ao direito absoluto de propriedade. No entanto, ninguém como ele pode ser acusado de o ter tornado vão e ineficaz para a grande maioria dos homens. Digamos até que ninguém como ele pode ser acusado, com inteira verdade e justiça, de ter destruído a propriedade.

Não começou o regime capitalista por realizar a expropriação da propriedade particular dos instrumentos de trabalho, reduzindo grandes massas de homens à condição proletária? Não continuou o seu desastrado caminho expropriando a pequena indústria e tornando praticamente impossível e inviável a existência das pequenas fábricas que viviam até então em condições de perfeita honestidade? Não acabou por dividir a humanidade, como o verificava já Leão XIII, em 1891, entre «um pequeno número de possuidores que impõe um jugo quasi servil à multidão dos proletários», e os que, em grande maioria, foram despojados do uso efectivo de qualquer propriedade, não excluindo a própria força do trabalho?

Defensor do direito de propriedade, o capitalismo conseguiu negar praticamente o uso deste direito à maioria dos homens. Como pode então um regime humano de propriedade acessível a todos ser solidário com o regime capitalista?

Aos homens de boa vontade que militam, por vezes, em campos tão adversos, quando afinal as suas aspirações são concordes, pedimos que reparem este mal-entendido, a fim de se tornar possível uma colaboração eficaz para o progresso social da humanidade.

Um regime humano de propriedade particular, em que se funda e se apoie a dignidade e a liberdade fundamental da pessoa, não só não é solidário com o regime capitalista, como até se pode considerar com ele

incompatível. As recentes reformas da estrutura económica que se estão operando um pouco por toda a parte, na Europa, na Africa e nas Américas, provam-no superabundantemente, pois que, destruindo a essência do regime capitalista, procuram ao mesmo tempo alargar o conceito da propriedade, tornando-a extensiva ao maior número possível de famílias, pela democratização da economia.

Esclarecido este erro gravíssimo, que está na origem primária de tanto ódio e de tanta luta perfeitamente escusada, já se torna possível um ponto de acôrdo comum entre aqueles que aspiram a maior justiça e equidade nas relações sociais. Porque não de lutar por um regime absurdo, em que a pessoa humana sossobra, aqueles que no fundo, mais não querem do que substituir o capitalismo por uma ordem nova mais adequada às exigências da vida?

A propriedade não pode continuar a dividir os homens nem as doutrinas. Bastará demonstrar que o regime da propriedade individual é condição indispensável para o levantamento social da massa trabalhadora, e que pode subsistir com muito mais realidade numa estrutura económica anti-capitalista, para que muitos dos simpatizantes com a ideia da socialização total, estando de boa-fé, abandonem as utopias orientais.

Parece-nos, portanto, que não há obra mais meritória no actual clima social do que a de desligar as duas ideias de capitalismo e de propriedade, abusivamente ligadas por uma inconcebível ambição de defender cada um a sua propriedade, contra o direito incontestável de todos os homens de ascenderem à independência económica.

Felizmente que o propositado mal-entendido começa ser encarado como merece pelas grandes correntes de opinião. E é nesta providencial evolução que fundamentamos as matizes esperanças no triunfo do bom-senso.

ABEL VARZIM